

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DAS POLITICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO

Denise Silva ¹

Riza Maria Ribeiro Vieira ²

Herton Gilvan Caminha Goerch ³

Resumo:

O presente trabalho traz uma análise das políticas públicas como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PLND - Campo), os quais são direcionados a atender as demandas das Escolas do Campo. Assim, tivemos por objetivo identificar se essas políticas/programas são acessadas e gerenciadas em uma determinada escola do Campo. Assim desenvolveu-se uma pesquisa de caráter qualitativo, a partir de um estudo de caso. A partir dos dados constatamos que Escola acessa as políticas/programas. Porém foram sinalizados que no desenvolvimento destas há dificuldades, que são de ordens diversas.

Palavras-chave: Educação do Campo; Formação de professores; políticas públicas

Modalidade de Participação: Pesquisador

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DAS POLITICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO

¹ Docente. deniseds@unipampa.edu.br. Autor principal

² Aluno de graduação. rizamariaribeirovieira@gmail.com. Co-autor

³ Outro. hgoerch@gmail.com. Co-autor



EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DAS POLITICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO

1. INTRODUÇÃO

Foi no primeiro Encontro Nacional de educadores e educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997, na Universidade de Brasília (UnB), que emergiram as discussões sobre a escola do campo, juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e do Programa Nacional de Educação na reforma Agrária (PRONERA) constituindo-se em espaço de origem de uma política educacional para os assentamentos de Reforma Agrária.

Dessa forma a educação da Reforma Agrária e Educação do Campo, ao nascerem juntas, embora distintas, se complementam, sendo a Educação da Reforma Agrária, como uma parte da Educação do Campo. Segundo Caldart (2002), a expressão “Educação do Campo”,

“(...) identifica uma reflexão pedagógica que germina das inúmeras práticas educativas desenvolvidas pelos sujeitos que vivem no campo. Consiste numa reflexão que considera o campo como espaço onde se produz pedagogias. Trata-se, também, de um projeto que reafirma a finalidade mais expressiva das práticas educativas desenvolvidas no campo, contribuindo com o desenvolvimento mais pleno do ser humano e sua inserção consciente no contexto social do qual faz parte” (CALDART, 2002 p.137)

A partir desse encontro foram desenvolvidas ações para a efetivação de políticas que atendam as demandas dos sujeitos do campo, surgindo em 2010 o Programa Nacional da Educação do Campo, (PRONACAMPO), que se constitui de “ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo, em todas as etapas e modalidades” (BRASIL, Decreto nº7352/2010).

A UNIPAMPA participou em 2013 do edital para a formação inicial de professores, assim nasce o Curso de Educação do Campo – Licenciatura no Campus Dom Pedrito. Na sua proposta o Curso objetiva formar educadores “capazes de desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem que visem a formação de sujeitos autônomos e criativos, bem como, de investigar questões inerentes a sua realidade e sustentabilidade na vida do Campo” (UNIPAMPA, 2016,p.33).

Fazendo parte desta proposta formativa, enquanto acadêmica, a primeira autora, já realiza atividades investigativas nas escolas do Campo, no município de Dom Pedrito. Os dados apontam que há inúmeras dificuldades para as instituições se manterem em atividade e poderem proporcionar aos sujeitos do campo, uma educação que seja compatível com suas necessidades e modo de vida.

O quinto eixo temático do Curso traz para reflexão às questões sobre o Contexto socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional das Escolas do Campo, e que se elegeu discutir sobre as políticas públicas disponíveis e acessadas nas escolas do Município. Neste trabalho objetivamos mostrar nossas análises sobre o impacto de alguns programas, que são: Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD - Campo), por considerá-los

fatores básicos e fundamentais para que uma escola possa funcionar e desenvolver suas atividades.

2. METODOLOGIA

Neste trabalho apresentamos um recorte de uma pesquisa desenvolvida no Curso de Educação do Campo – Licenciatura, que se iniciou no primeiro semestre de 2016. A abordagem metodológica tem caráter qualitativo (Ludke e André, 1986), uma vez que as pesquisadoras possuem contato direto com o ambiente e as situações de estudo. Aliou-se a esta perspectiva o Estudo de Caso, que segundo Triviños (1987, p. 133) o Estudo de caso “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”.

Neste contexto analisou-se uma escola do campo de Dom Pedrito-RS, a qual encontra-se a 14 Km da sede do Município. Esta instituição tem mais de três décadas de funcionamento atendendo as demandas de uma comunidade.

Considerando as especificidades de um estudo de caso, foram sujeitos desta pesquisa, a professora, que atua na escola e duas gestoras, sendo que uma destas trabalha na Secretaria Municipal e outra no setor de alimentação da Prefeitura Municipal. Estas serão denominadas a partir de agora de P1, G1, G2 respectivamente. As mesmas assinaram termo de consentimento livre e esclarecido.

Para análise dos dados utilizou-se da Análise de Conteúdo, categorial, segundo Bardin (2011). A qual “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 2011, p.201).

Considerando que este trabalho é um recorte da pesquisa desenvolvida, apresentaremos as discussões de três categorias: Transporte, Alimentação e Material Didático.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Ao analisarmos as políticas e programas que as Escolas do Campo podem ter acesso, identificamos que a instituição pesquisada é atendida, pelos programas PNATE, PNAE e PNLD - Campo. A seguir iremos apresentar as discussões de como estes estão sendo desenvolvidos pela instituição de ensino, e se há sinalização dos impactos que tem no desenvolvimento das atividades didático-pedagógico da escola.

Considerando os dados que obtivemos nas entrevistas e nas categorias que emergiram iremos a seguir apresenta-los e discuti-los, seguindo os referenciais da Educação do Campo.

Na categoria Transporte, o programa que foi analisado e discutido foi o PNATE, o qual tem por objetivo garantir que os alunos da educação básica pública (pré-escola, ensino fundamental e médio) residentes em área rural tenham acesso à educação, custeando o oferecimento do transporte escolar, de forma suplementar (BRASIL, 2009). Constatamos que a Escola é atendida pelo programa, conforme a fala da professora:

(...) “Este ano é o transporte da Prefeitura, eles vão a casa deles, pegam eles e trazem até a escola, e pegam eu também, na minha casa, mas com problemas nos dias de chuvas.” (P1)

Observamos que uma das gestoras corrobora com a fala da docente, quando diz:

“(...) essa política é cumprida, porém bate no problema de estradas, originando dificuldades de acesso às escolas, e o distanciamento das moradias dos estudantes é muito grande”(G1).

As concepções que a professora e gestora apresentam em suas falas são frágeis, quando sinalizam que a problemática se refere apenas as más condições da

estrada. Em nenhum momento as pesquisadas apontam para questões relacionadas à segurança e tempo de deslocamento deste transporte. Fatores esses o que podem acarretar em dificuldades no desenvolvimento das atividades didático – pedagógicas na escola. Essa preocupação já foi apresentada e discutida em vários âmbitos, sendo que Hage (2009),aponta que o fracasso escolar dos estudantes da escola do Campo vem do reflexo do excesso de horas dentro do transporte, sendo considerado por este autor como exaustivo e comprometedor do aprendizado dos educandos.

Para emergir a categoria Alimentação, iniciaram-se estudos e discussões sobre o PNAE. Este programa tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2009).

A escola possui acesso a este programa, como podemos constatar pela fala de G2:

“(...) vem dez parcelas, enviadas mês a mês pelo governo federal, o PNAE, vem um valor para cada aluno (...) deste total que é enviado 30% tem que comprar da Agricultura Familiar, então a gente compra, através de acordo com agricultores, e demandam disponíveis, batendo muitas vezes com problemas burocráticos e demanda da Agricultura Familiar (...) a gente consegue cumprir com quase os 30%, só não consegue na íntegra por não haver produção suficiente.”

Quando a gestora apresenta as informações sobre o programa, salienta para o cumprimento de uma das suas diretrizes, que estipula que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total destes recursos sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar (AF), local, regional ou nacional. (BRASIL, 2009).

As considerações de P1 para este tema são:

“(...) vem o grosso da merenda, arroz, feijão, pra mim preparar na minha casa, eu preparo porque aqui não tem como eu preparar. (...) Todas as terças o motorista me traz banana, maçã, cebola para eu fazer a comida, tomate, abobora, vergamota é meio raro. Na escola não dá tempo de fazer e a cozinha está muito ruim e pouca água. Muitas coisas eles não gostam de comer(...)”

A professora enfatiza a necessidade de preparar a alimentação em sua residência, pela demanda de tempo que seria para prepara-la na escola e também pela falta de infraestrutura da cozinha. Outro fator significativo para esse procedimento refere-se sobre a questão da água, a qual vai da cidade, em galões semanalmente, sendo assim é insuficiente para preparar os alimentos e atender as questões relacionadas à limpeza. Esse fato se configura na perda de qualidade e propriedades nutricionais dos alimentos, através de sua preparação no dia anterior, e posterior reaquecimento.

Não é dada ênfase à orientação dos estudantes quanto à importância de uma alimentação saudável e seus benefícios para a saúde humana, e como produzir seu próprio alimento de forma natural, seguindo o ciclo das estações. Essa questão poderia ser analisada e transformada em ação pedagógica, tendo enfoque na área das ciências. Todavia, há indícios que a professora ainda não se apropriou desses conhecimentos e possibilidades. Neste contexto, Carvalho e Castro (2009) afirmam:

“A alimentação escolar envolve aspectos cultural-territoriais; interações socioeconômicas ambientais; político-institucionais; de respeito ao ciclo da natureza de ofertar alimentos para atender à necessidade básica do indivíduo de não sentir fome, entre outros, a fim de promover a Segurança

Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada. (DHAA), (CARVALHO e CASTRO, 2009, p.5)

Com relação ao material didático que chega até a escola, observamos que a Instituição é atendida pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD – Campo) e recebe materiais da Secretaria Municipal. O PNLD- Campo tem como objetivo produção e disseminação de materiais didáticos específicos para os estudantes professores do campo que permitam o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de forma contextualizada, em consonância com os princípios da política e as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo na Educação Básica. (BRASIL 2011).

Na Escola, o recebimento de materiais é realizado da seguinte forma, conforme (P1):

“(...) vem todo, olha o material didático que eu recebo é lápis, borracha, caneta, régua, livros, caderno, tenaz, e livros. Eu acho que não é direcionado para escola do campo, agora é que recebemos o Girassol, este ano nós recebemos “Saberes e Fazeres do Campo”,

Com relação a essa temática, (G1) contribui com informações complementares, indicando como a ação se processa:

“(...) também é tudo com a Secretaria de Educação. Tudo é usado, joguinhos, etc. secretaria faz kits de material, no início do ano, que se compõe de lápis, borracha, livros já vem destinados às escolas. (...). A secretaria faz os kits de material. Tudo é acessado pela internet, e todos destinados ao campo, e aí já chega com o nome da escola. Vem para a secretaria, mas já vem embalado”.

Assim, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação fazer a distribuição dos materiais didáticos que chegam às escolas do Campo. Observamos que a professora não está satisfeita com esta forma, uma vez que não participa da escolha dos materiais, principalmente dos livros, como observamos na sua fala. Com relação à utilização do Livro Didático, Bittencourt (2004) traz:

“O livro didático pode ser o único material que professores e alunos recorrem no cotidiano das escolas, ou pode ser apenas uma obra de consulta eventual. Mas é importante destacar, que a distinção essencial entre a prática de leitura e as outras, reside na interferência constante do professor e sua mediação entre o aluno e o livro didático. O professor escolhe e seleciona os capítulos, ou partes dos capítulos que devem ser lidos e das orientações aos alunos, como devem ser lidos.” (BITENCOURT 2004,p.37)

Embora a política seja atendida, consideramos que há longos caminhos até se adequar a realidade do aluno do campo, cujas especificidades ainda são ignoradas por autoridades e gestores da educação. As escolas do campo recebem kits padronizados, embora cada escola tenha suas peculiaridades inerentes ao local no qual está inserida. A escolha do livro didático para a escola do campo é complexa e exige cuidado e conhecimentos na área educacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às discussões iniciais sobre as Políticas Públicas que atendam as escolas do campo, verificou-se que os programas do PRONACAMPO, sejam eles, o PENATE, PENAE e o PNLD, estão disponíveis e são acessados pela escola investigada. Observamos que emergem dessa pesquisa questões subjacentes que transitam pelas demandas culturais, políticas e sociais, que devem ser observados sob a ótica de outros inquirimentos.

O desenvolvimento deste trabalho foi de fundamental importância para um aprofundamento sobre as questões que permeiam a Educação do Campo. Considerando o processo formativo de um educador, trabalharam-se questões que

estão além da atividade de regência, mas que são fundamentais para a compreensão da atividade profissional do educador.

5. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Documento Orientador. Programa Nacional de Educação do Campo. PRONACAMPO. Ministério da Educação. Brasília, janeiro, 2013. [acesso em 02 maio 2016]. Disponível:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192

_____. Ministério da Educação. Presidência da República. Decreto nº 7352 de 4/11/2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional da Reforma Agrária (PRONERA). 2010. [acesso em 02 maio 2016] Disponível em:< [www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010, Decreto/D7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm)>.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE–Programa Nacional da Alimentação Escolar 2009. [acesso em 02 maio 2016]. Disponível: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE– Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar. 2009. [acesso em 02 maio 2016]. Disponível: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate>

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE– Programa Nacional do Livro Didático para o Campo (PNLD-Campo) /Resolução nº 40/2011. [acesso em 02 maio 2016]. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35175>

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; osfs CALDART, Roseli Salete (Orgs.). *Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas*. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

CARVALHO, D. G. de; CASTRO, V. M. de. O programa nacional de alimentação escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável: políticas públicas e instrumentos de gestão para o desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 2009, Cuiabá MT. [acesso em 05 maio 2016]. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT4-251-130-20090722021654.pdf>.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. A multissérie em pauta: para transgredir o paradigma seriado nas escolas do campo. I Encontro de Profissionais de Classes Multisseriadas das Escolas do Campo da Bahia. Salvador, 2009.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIPAMPA (2016) Projeto Pedagógico Do Curso De Educação Do Campo-Licenciatura.